



TESOURO NACIONAL

2023
Março

Publicado em
27/04/2023

Resultado do Tesouro Nacional



Resultado Primário do Governo Central

Brasil – 2022/2023 – Valores Nominais

Em março de 2023 houve déficit primário de R\$ 7,1 bilhões, frente a déficit de R\$ 6,4 bilhões em março de 2022 (valores nominais).

R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Mar		Variação (2023/2022)		Março		Variação (2023/2022)	
	2022	2023	% Nominal	% Real (IPCA)	2022	2023	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	571.353	587.038	2,7%	-2,5%	169.458	176.299	4,0%	-0,6%
2. TRANSF POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	110.396	118.302	7,2%	1,7%	28.824	30.934	7,3%	2,6%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	460.957	468.736	1,7%	-3,5%	140.634	145.365	3,4%	-1,2%
4. DESPESA TOTAL	410.931	437.336	6,4%	1,1%	147.052	152.451	3,7%	-0,9%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)	50.026	31.400	-37,2%	-40,3%	-6.418	-7.085	10,4%	5,5%
Tesouro Nacional	104.638	89.207	-14,7%	-19,2%	13.528	13.238	-2,1%	-6,5%
Banco Central	9	102	-	975,2%	-54	22	-	-
Previdência Social (RGPS)	-54.620	-57.909	6,0%	0,7%	-19.892	-20.346	2,3%	-2,3%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	2,2%	1,2%	-	-	-0,8%	-0,8%	-	-

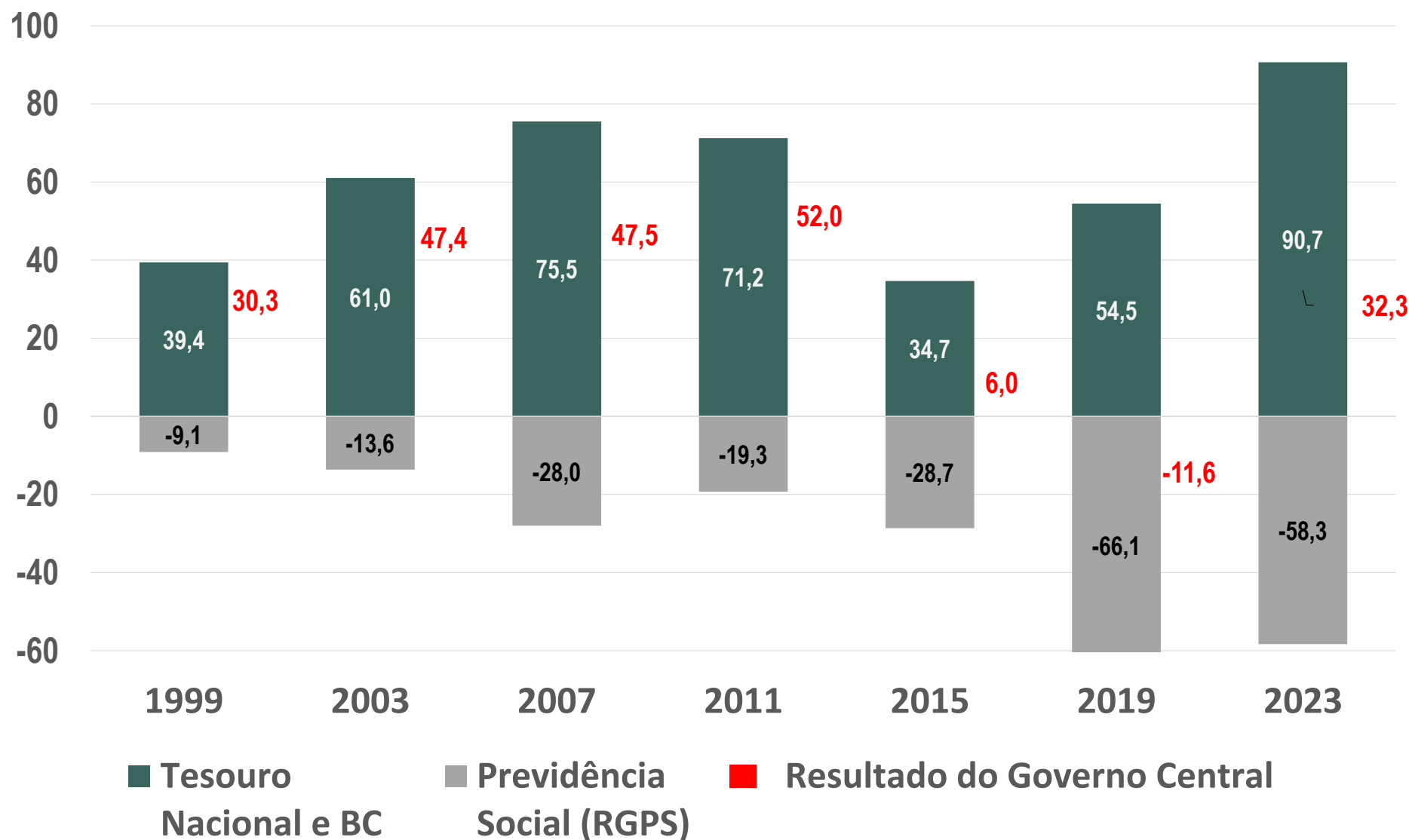
Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	104.646	89.309	-14,7%	-19,1%	13.474	13.260	-1,6%	-6,0%
---	---------	--------	--------	--------	--------	--------	-------	-------

Resultado Fiscal do Governo Central

Primeiro ano do Mandato do Chefe do Poder Executivo - Acumulado no ano

Brasil – 1999/2023 – A preços de mar/23 - IPCA – R\$ Bilhões

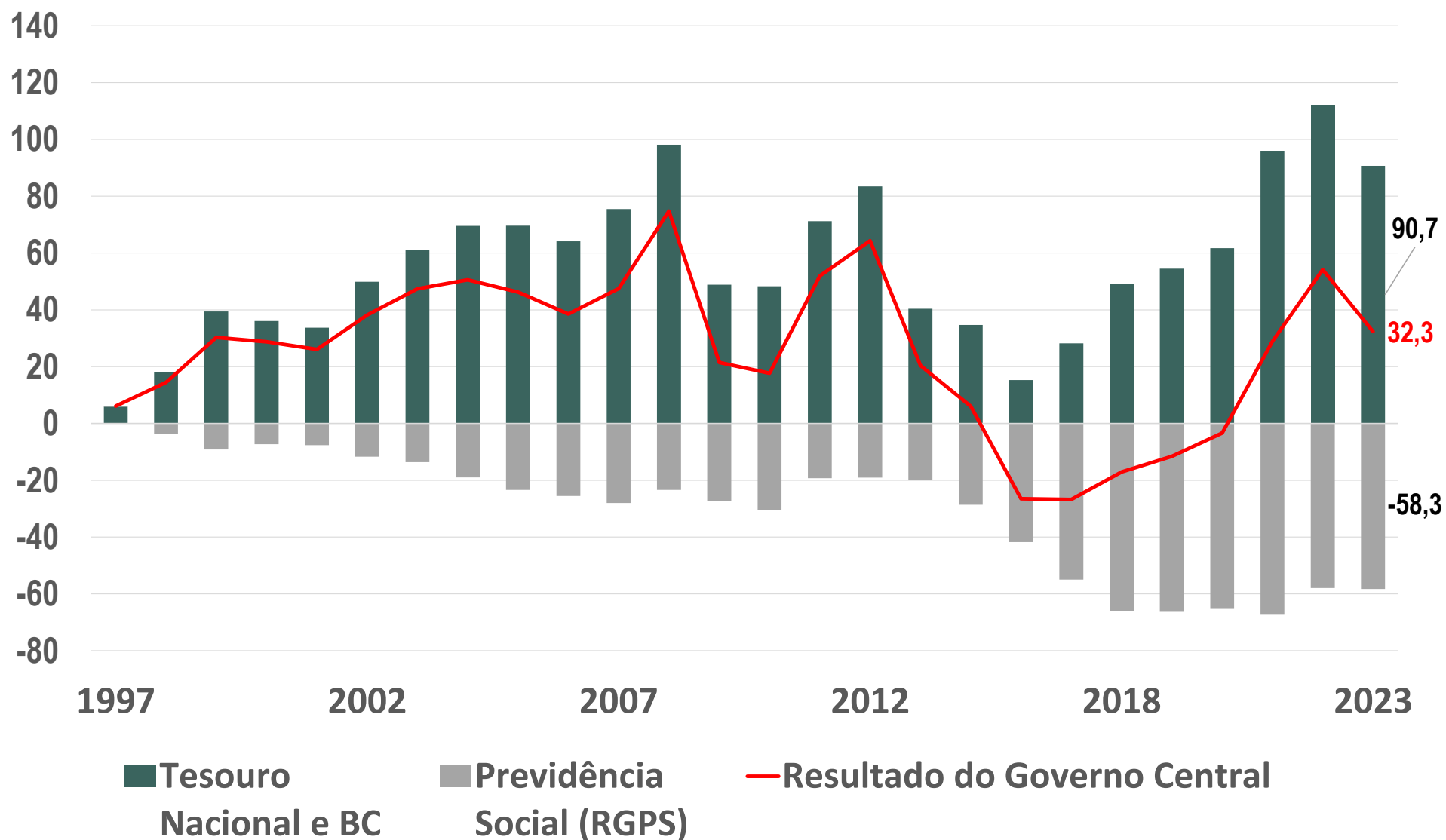


No período de janeiro a março de 2023, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 58,3 bilhões (a preços de mar/23), enquanto o Tesouro Nacional e o Banco Central apresentaram superávit de R\$ 90,7 bilhões.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Resultado acumulado no ano – Componentes

Brasil – 1997/2023 – A preços de mar/23 - IPCA – R\$ Bilhões

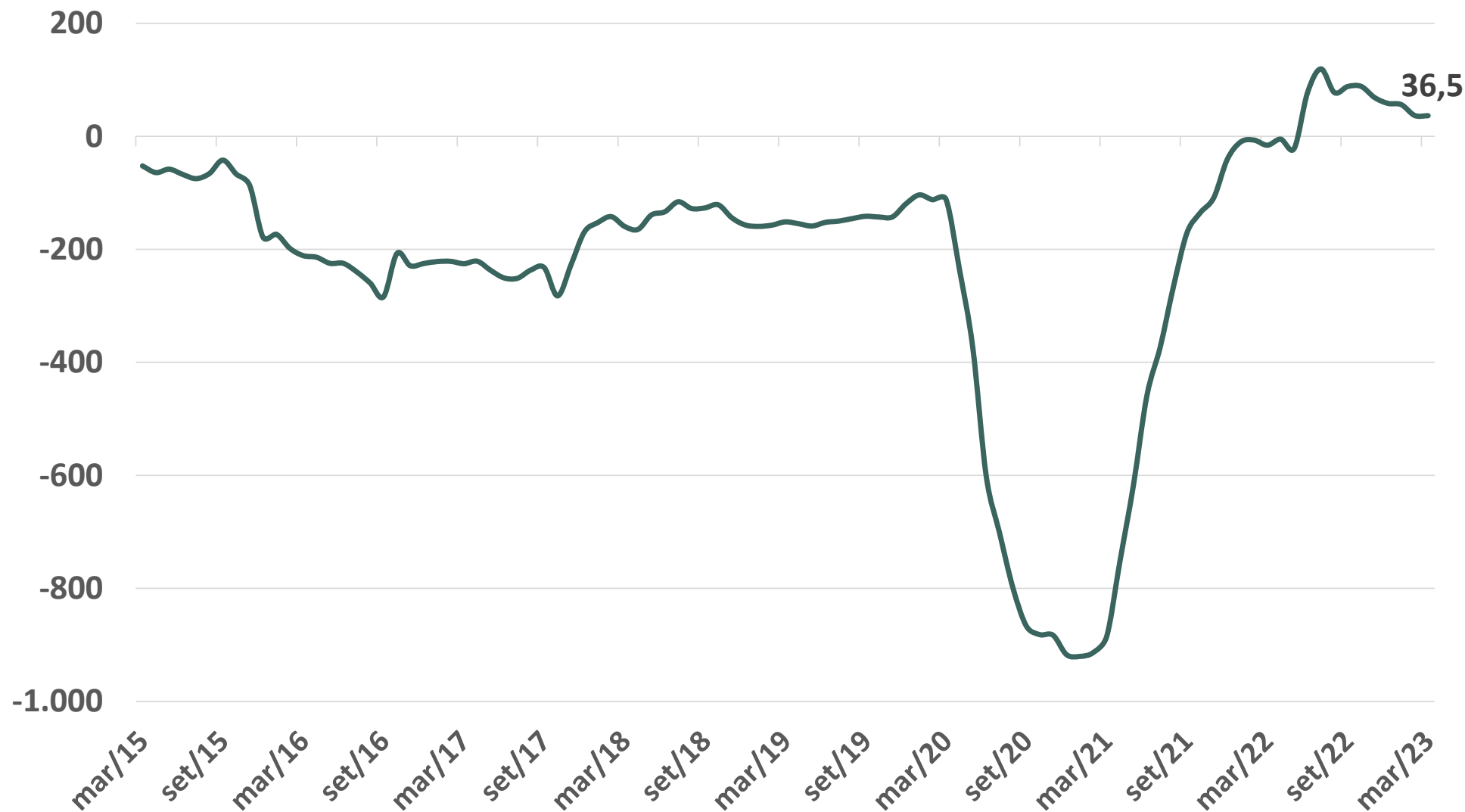


No período de janeiro a março de 2023, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 58,3 bilhões (a preços de mar/23), enquanto o Tesouro Nacional e o Banco Central apresentaram superávit de R\$ 90,7 bilhões.

Resultado Fiscal do Governo Central

Brasil – 2015/2023 – R\$ Bilhões – A preços de mar/23 – IPCA

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses

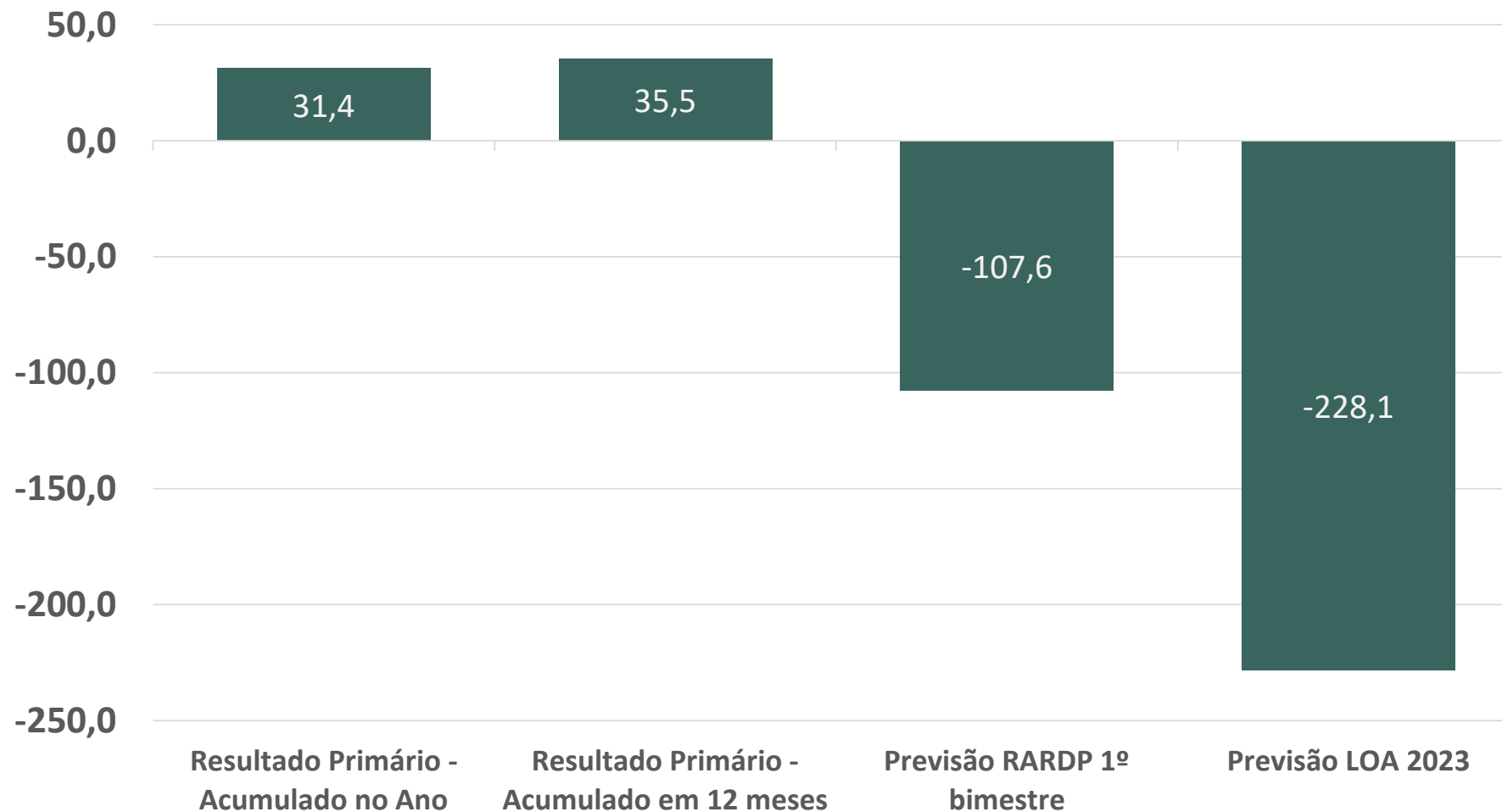


O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até mar/23) foi de superávit de R\$ 36,5 bilhões.

Resultado Fiscal do Governo Central

Brasil – 2023 – R\$ Bilhões – preços correntes

Comparação Acumulado no Ano, Acumulado em 12 meses e Programação

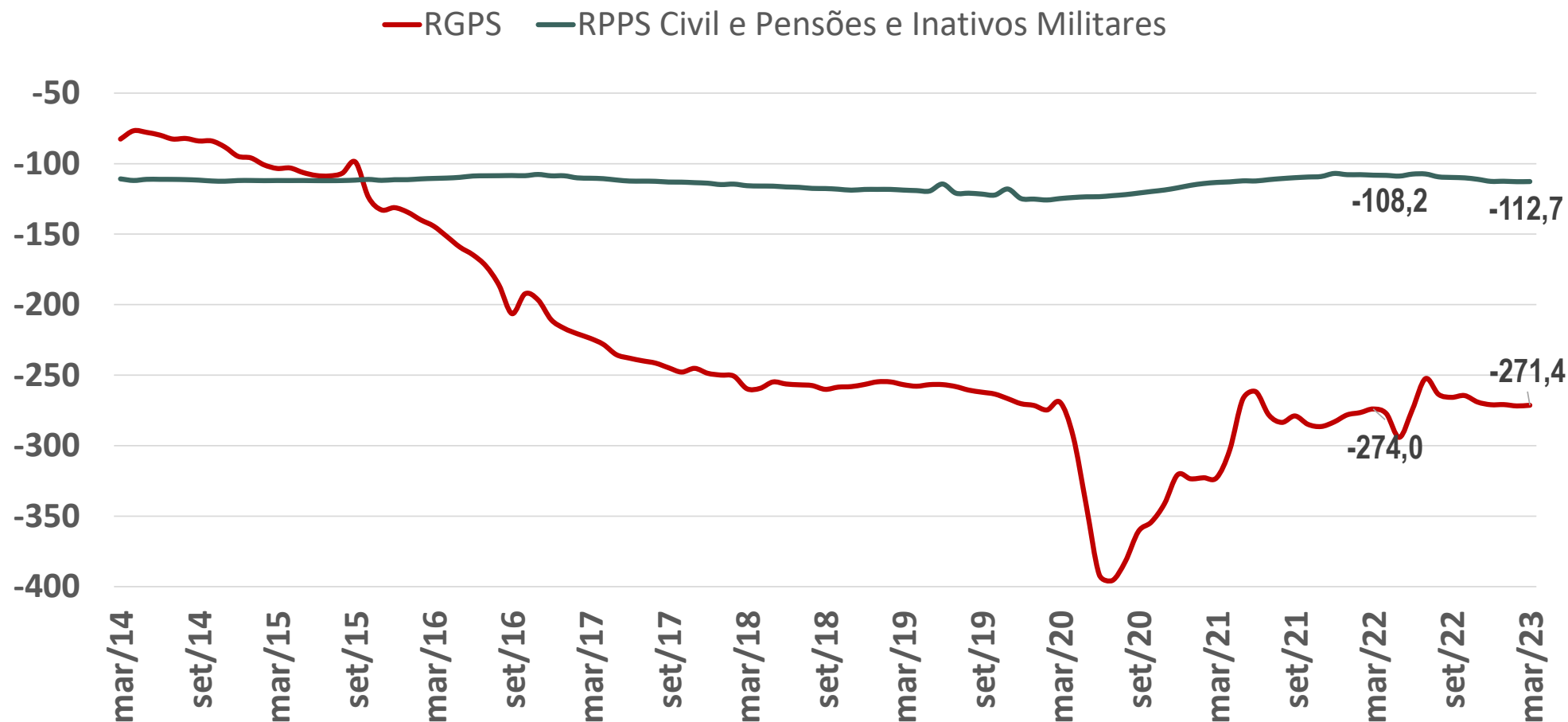


O RARDP do 1º bimestre apresenta a previsão de déficit primário de R\$ 107,6 bilhões em 2023, decorrente de uma receita líquida de R\$ 1.916 bilhões e de despesas primárias totalizando R\$ 2.023 bilhões.

Resultado do RGPS, RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses

Brasil – 2014/2023 – R\$ Bilhões – A preços de mar/23 – IPCA



* Inclui FCDF

O déficit RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares totalizou R\$ 384,1 bilhões (4% do PIB) no Governo Central no acumulado em 12 meses até março de 2023, a preços de mar/23 – IPCA.

A redução do déficit do RGPS entre mar/22 e mar/23, em R\$ 2,6 bi, decorre do efeito conjunto do aumento de R\$ 28,8 bi dos benefícios previdenciários e da elevação de R\$ 31,5 bi da arrecadação líquida do RGPS.

Receitas Primárias do Governo Central

Resultado do Mês x Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2022/2023 – A preços de mar/23 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Março		Variação	
	2022	2023	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	177.339,6	176.299,5	-1.040,1	-0,6%
Receita Administrada pela RFB	113.820,4	106.733,7	-7.086,7	-6,2%
Imposto de Importação	5.404,8	4.635,5	-769,3	-14,2%
IPI	6.333,0	4.834,8	-1.498,3	-23,7%
Imposto sobre a Renda	52.317,5	51.723,6	-593,9	-1,1%
IOF	4.343,6	4.623,8	280,2	6,4%
COFINS	23.005,8	23.525,8	520,0	2,3%
PIS/PASEP	7.692,1	5.834,4	-1.857,7	-24,2%
CSLL	11.443,8	10.277,5	-1.166,3	-10,2%
CIDE Combustíveis	410,3	-174,1	-584,3	-
Outras Receitas Administradas pela RFB	2.869,5	1.452,4	-1.417,0	-49,4%
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	43.598,1	45.451,5	1.853,4	4,3%
Receitas Não Administradas pela RFB	19.921,1	24.114,2	4.193,2	21,0%
Concessões e Permissões	211,9	928,1	716,2	338,0%
Dividendos e Participações	1.552,4	2.309,8	757,4	48,8%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.390,8	1.297,1	-93,7	-6,7%
Exploração de Recursos Naturais	5.603,0	5.678,3	75,3	1,3%
Receitas Próprias e de Convênios	1.824,5	1.725,0	-99,5	-5,5%
Contribuição do Salário Educação	2.151,8	2.351,2	199,4	9,3%
Demais Receitas	7.186,7	9.824,8	2.638,1	36,7%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	30.164,6	30.934,0	769,4	2,6%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	147.175,0	145.365,5	-1.809,5	-1,2%

Em março de 2023, a receita total apresentou diminuição de R\$ 1 bilhão (-0,6%), enquanto a receita líquida apresentou diminuição de R\$ 1,8 bilhão (-1,2%) em termos reais frente a março de 2022.

Essa variação decorre do efeito conjunto de:

- IPI - redução de R\$ 1,5 bilhão
- PIS/PASEP - redução de R\$ 1,9 bilhão
- Outras Receitas Administradas pela RFB - redução de R\$ 1,4 bilhão
- Demais Receitas - aumento de R\$ 2,6 bilhões

Receitas Primárias do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2022/2023 – A preços de mar/23 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2022	2023	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	607.280,6	592.131,2	-15.149,4	-2,5%
Receita Administrada pela RFB	394.814,4	384.911,0	-9.903,4	-2,5%
Imposto de Importação	16.008,1	13.561,5	-2.446,6	-15,3%
IPI	19.152,2	13.725,8	-5.426,4	-28,3%
Imposto sobre a Renda	187.152,6	198.741,6	11.589,0	6,2%
IOF	14.252,0	14.940,5	688,5	4,8%
COFINS	71.609,2	67.524,7	-4.084,5	-5,7%
PIS/PASEP	22.171,0	19.985,0	-2.186,0	-9,9%
CSLL	55.382,2	49.172,9	-6.209,3	-11,2%
CIDE Combustíveis	881,3	-171,6	-1.052,9	-
Outras Receitas Administradas pela RFB	8.205,9	7.430,6	-775,3	-9,4%
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	129.131,9	136.759,8	7.627,9	5,9%
Receitas Não Administradas pela RFB	83.334,2	70.460,4	-12.873,9	-15,4%
Concessões e Permissões	13.032,3	2.008,7	-11.023,6	-84,6%
Dividendos e Participações	5.375,5	8.797,1	3.421,6	63,7%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.212,7	3.781,3	-431,3	-10,2%
Exploração de Recursos Naturais	31.201,7	28.874,1	-2.327,6	-7,5%
Receitas Próprias e de Convênios	5.202,3	5.420,3	218,0	4,2%
Contribuição do Salário Educação	6.626,8	7.146,4	519,6	7,8%
Demais Receitas	17.683,1	14.432,6	-3.250,6	-18,4%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	117.270,3	119.232,3	1.962,0	1,7%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	490.010,3	472.898,9	-17.111,4	-3,5%

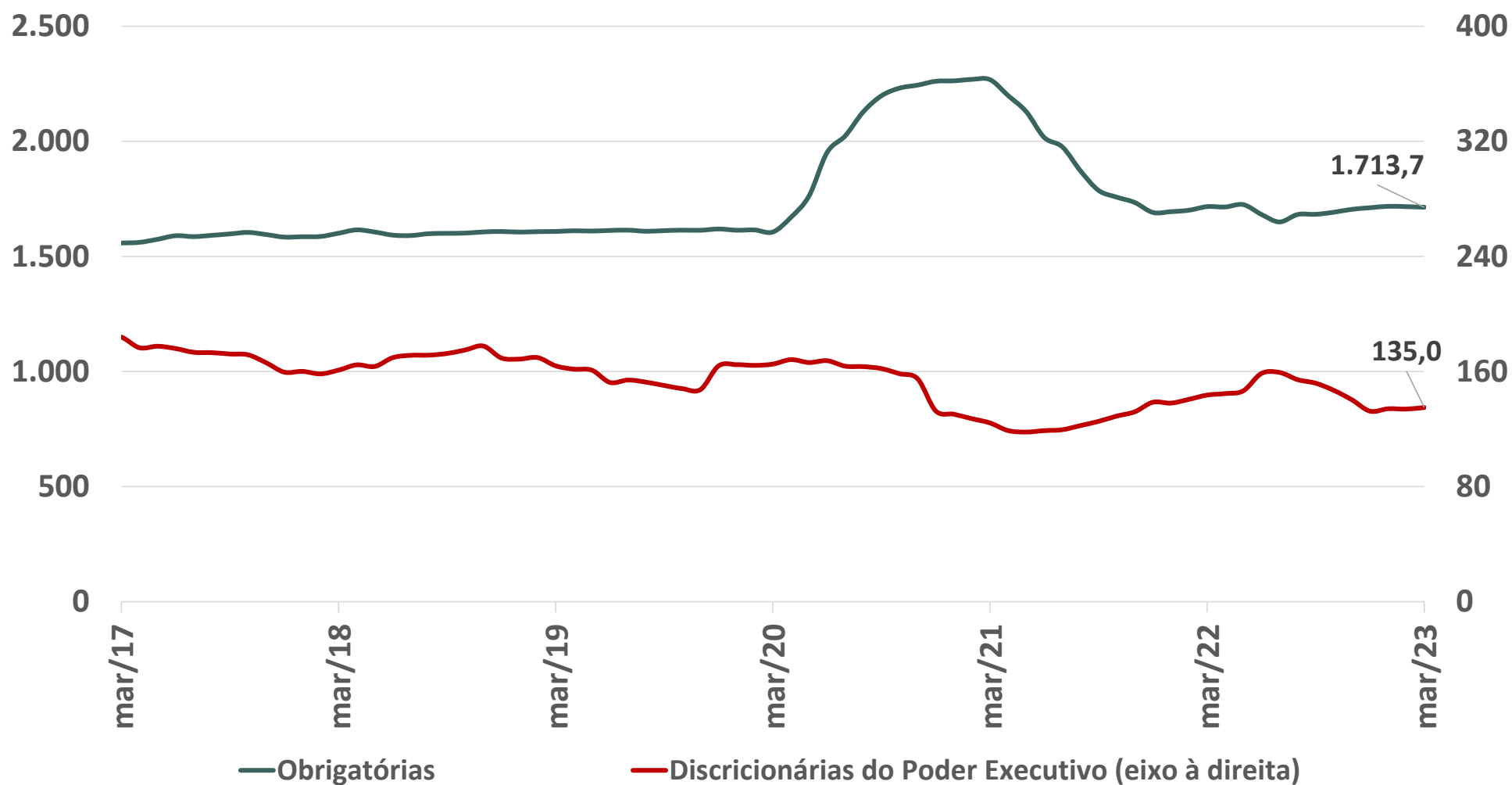
No acumulado jan-mar/2023, a receita total apresentou diminuição de R\$ 15,1 bilhões (-2,5%), enquanto a receita líquida apresentou diminuição de R\$ 17,1 bilhões (-3,5%) em termos reais frente ao acumulado jan-mar/2022.

Essa variação decorre principalmente do efeito conjunto de:

- IPI - redução de R\$ 5,4 bilhões
- Imposto sobre a Renda - aumento de R\$ 11,6 bilhões
- CSLL - redução de R\$ 6,2 bilhões
- Arrecadação Líquida para o RGPS - aumento de R\$ 7,6 bilhões
- Concessões e Permissões - redução de R\$ 11 bilhões

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* - Acumulado 12 meses - 2017/2023 – R\$ Bilhões – A preços de mar/23 - IPCA



* Desconsidera o pagamento à Petrobrás referente à cessão onerosa de novembro de 2019 e a despesa com o acordo do Campo de Marte de agosto de 2022.

Despesas Primárias do Governo Central

Resultado do Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2022/2023 – A preços de mar/23 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Março		Variação	
	2022	2023	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	153.891,3	152.450,7	-1.440,6	-0,9%
Benefícios Previdenciários	64.414,8	65.797,1	1.382,3	2,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.648,4	1.301,4	-347,0	-21,1%
Pessoal e Encargos Sociais	26.708,0	26.492,7	-215,3	-0,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	231,4	197,4	-34,0	-14,7%
Outras Despesas Obrigatórias	33.461,9	22.035,7	-11.426,2	-34,1%
Abono e Seguro Desemprego	16.754,8	7.963,5	-8.791,4	-52,5%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	0,0	0,0	0,0	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.756,7	7.290,8	534,1	7,9%
Créditos Extraordinários	4.940,6	162,1	-4.778,4	-96,7%
Fundeb - Complementação da União	1.933,6	2.294,5	360,9	18,7%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.203,6	1.331,2	127,6	10,6%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	347,8	332,2	-15,5	-4,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	286,7	266,5	-20,2	-7,0%
Subsídios, Subvenções e Proagro	154,5	1.730,5	1.576,1	-
Impacto Primário do FIES	136,1	122,2	-13,9	-10,2%
Demais	947,5	542,1	-405,4	-42,8%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	29.306,7	38.125,3	8.818,6	30,1%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	19.525,3	27.265,0	7.739,7	39,6%
Discricionárias	9.781,4	10.860,3	1.078,9	11,0%
Memorando:				
Custeio Administrativo	4.390,3	5.032,8	642,5	14,6%
Investimento	4.990,8	3.981,3	-1.009,5	-20,2%

Em março de 2023, contra mesmo mês de 2022, a despesa total apresentou redução de R\$ 1,4 bilhão (-0,9%) em termos reais. As principais variações foram:

- Abono e Seguro Desemprego - redução de R\$ 8,8 bilhões

- Créditos Extraordinários - redução de R\$ 4,8 bilhões

- Obrigatórias com Controle de Fluxo - aumento de R\$ 7,7 bilhões

Despesas Primárias do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2022/2023 – A preços de mar/23 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2022	2023	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	435.875,4	440.557,2	4.681,8	1,1%
Benefícios Previdenciários	187.049,6	195.075,2	8.025,6	4,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	3.177,9	3.314,1	136,3	4,3%
Pessoal e Encargos Sociais	83.276,0	81.920,2	-1.355,8	-1,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	516,6	512,4	-4,1	-0,8%
Outras Despesas Obrigatórias	88.785,1	63.917,7	-24.867,3	-28,0%
Abono e Seguro Desemprego	35.026,8	19.574,8	-15.452,0	-44,1%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	0,0	0,0	0,0	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	19.703,5	21.517,7	1.814,2	9,2%
Créditos Extraordinários	11.670,8	451,4	-11.219,4	-96,1%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.637,2	0,0	-1.637,2	-100,0%
Fundeb - Complementação da União	9.040,2	11.306,4	2.266,2	25,1%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	2.756,4	3.356,3	599,9	21,8%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	1.058,2	1.004,2	-54,0	-5,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	617,2	656,3	39,1	6,3%
Subsídios, Subvenções e Proagro	5.331,0	4.195,9	-1.135,1	-21,3%
Impacto Primário do FIES	713,5	474,1	-239,4	-33,5%
Demais	1.230,3	1.380,6	150,3	12,2%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	76.764,7	99.644,0	22.879,3	29,8%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	55.596,3	75.942,4	20.346,1	36,6%
Discricionárias	21.168,4	23.701,6	2.533,2	12,0%
Memorando:				
Custeio Administrativo	9.791,4	11.482,1	1.690,7	17,3%
Investimento	8.284,6	7.849,7	-435,0	-5,3%

No acumulado jan-mar/2023, a despesa total apresentou elevação de R\$ 4,7 bilhões (1,1%) em termos reais frente ao acumulado jan-mar/2022. As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários - aumento de R\$ 8 bilhões

- Abono e Seguro Desemprego - redução de R\$ 15,5 bilhões

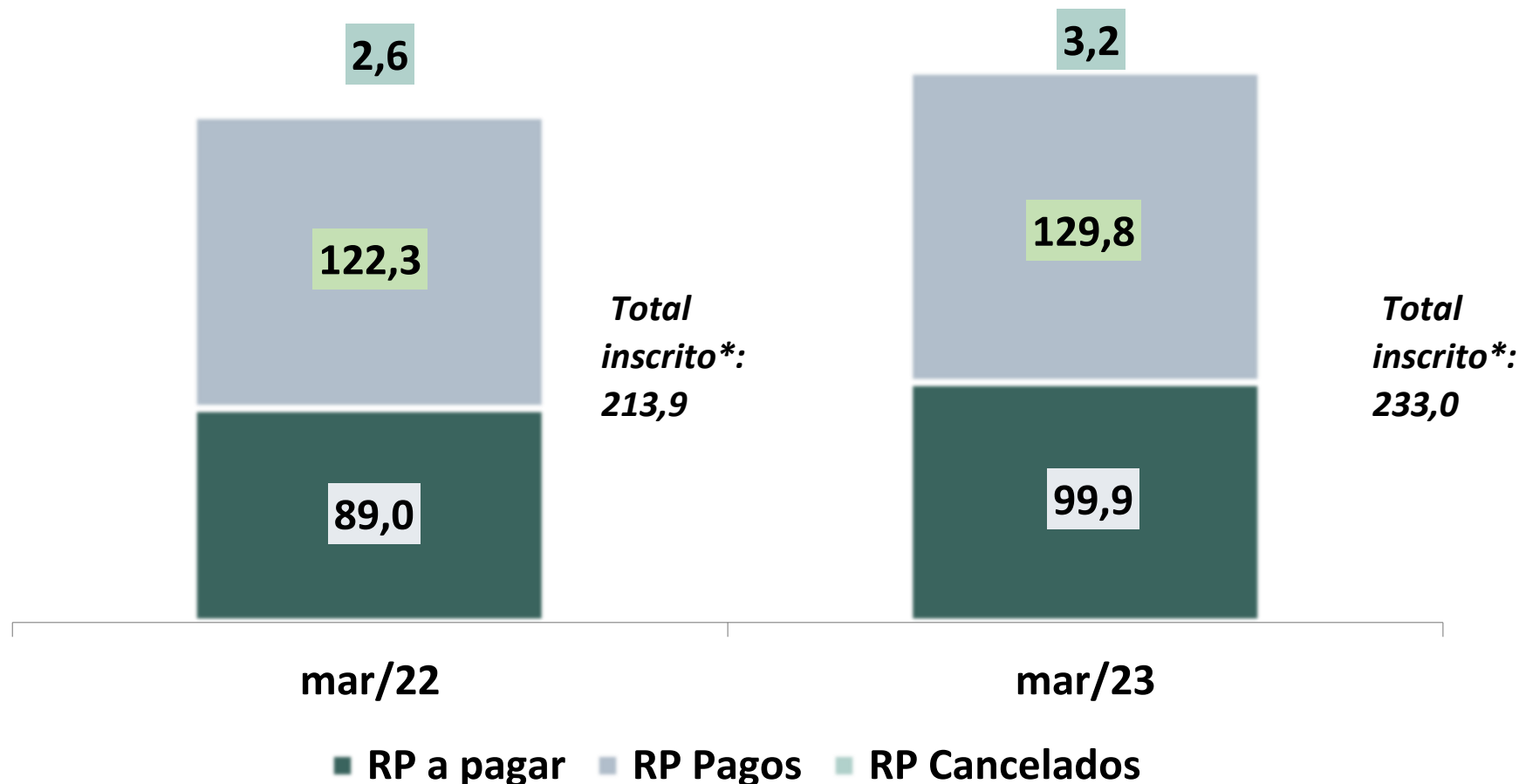
- Créditos Extraordinários - redução de R\$ 11,2 bilhões

- Obrigatórias com Controle de Fluxo - aumento de R\$ 20,3 bilhões

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2022/2023 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de restos a pagar (RAP) pagos (excetuados os RAP financeiros) até março de 2023 correspondeu a R\$ 129,8 bilhões, contra R\$ 122,3 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Os cancelamentos até março de 2023 totalizaram R\$ 3,2 bilhões frente a R\$ 2,6 bilhões no mesmo período de 2022.

* Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/>

Acompanhamento do novo Regime Fiscal

Brasil – 2023 – R\$ Milhões – Preços Correntes

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Acum. 2023	Limite atualizado	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	417.138	1.945.280	21,4%
II.1 Poder Executivo	400.042	1.867.413	21,4%
II.2 Poder Legislativo	3.185	15.538	20,5%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.557	7.463	20,9%
II.2.2 Senado Federal	1.110	5.494	20,2%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	517	2.581	20,0%
II.3 Poder Judiciário	11.949	53.485	22,3%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	178	798	22,2%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	386	1.876	20,6%
II.3.3 Justiça Federal	3.093	13.842	22,3%
II.3.4 Justiça Militar da União	141	674	20,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	2.016	9.121	22,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	5.293	23.596	22,4%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	794	3.334	23,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	49	244	20,2%
II.4. Defensoria Pública da União	156	677	23,0%
II.5 Ministério Público da União	1.806	8.166	22,1%
II.5.1 Ministério Público da União	1.783	8.062	22,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	24	104	22,7%

Em março de 2023, as despesas sujeitas ao teto totalizaram 21,4% do limite atualizado conforme estabelecido pela EC nº 95/2016.

Acompanhamento do novo Regime Fiscal

Brasil – 2023 – R\$ Milhões – Preços Correntes

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão				
Discriminação	Jan-Mar		Variação Nominal %	Margem de Enquadramento
	2022	2023		
II. DESPESAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	389.506	417.138	7,1%	18,5%
II.1 Poder Executivo	374.032	400.042	7,0%	18,5%
II.2 Poder Legislativo	2.917	3.185	9,2%	31,1%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.411	1.557	10,4%	33,5%
II.2.2 Senado Federal	1.024	1.110	8,4%	30,2%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	482	517	7,3%	26,1%
II.3 Poder Judiciário	10.822	11.949	10,4%	15,8%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	159	178	11,5%	23,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	358	386	7,9%	25,2%
II.3.3 Justiça Federal	2.780	3.093	11,2%	17,2%
II.3.4 Justiça Militar da União	131	141	7,4%	15,7%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.836	2.016	9,8%	17,9%
II.3.6 Justiça do Trabalho	4.794	5.293	10,4%	13,7%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	727	794	9,3%	13,6%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	37	49	32,3%	17,7%
II.4. Defensoria Pública da União	133	156	17,6%	22,0%
II.5 Ministério Público da União	1.603	1.806	12,7%	12,1%
II.5.1 Ministério Público da União	1.585	1.783	12,5%	12,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	18	24	32,1%	12,4%

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2023, na comparação com a despesa paga em 2022, das despesas sujeitas ao teto que cada poder/órgão pode apresentar para cumprir o limite da EC 95.

Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2022 para 2023 sem que se ultrapasse o teto.

Regra de Ouro - Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2023 – R\$ Bilhões – A preços correntes

	Projeção 2023
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b - c)	1.696,1
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	1.669,8
(-) Variação da Sub-conta da Dívida (b)	-171,3
(-) Ressalva EC 126 (c)‡	145,0
Despesas de Capital (II)‡	1.748,2
Investimentos†	66,9
Inversões Financeiras†	75,5
Amortizações	1.605,8
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	52,1

‡ Parágrafo Único, Art. 3º, Emenda Constitucional nº 126, de 22/12/2022

‡ As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente aquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2023 apontam uma suficiência, ou seja, indicam que as operações de crédito não excederão o montante das despesas de capital em 2023.

Essa projeção considera a possibilidade de utilização de fontes financeiras exclusivas para pagamento da dívida pública com superávit financeiro de 2022, e também considera a execução do valor de R\$ 145 bilhões ressaltado no parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 126, de 22/12/2022.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.



TESOURO NACIONAL

Obrigado

ascom@tesouro.gov.br

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores correntes e a preços de março/2023 (IPCA)

Primário Nominal							Primário Real (IPCA)						
Acumulado Ano			Acumulado 12 m				Acum Ano (IPCA)			Acum 12m (IPCA)			
1º	mar/08	10.606,7	mar/22	50.026,2	mar/12	99.804,4	1º	mar/08	25.281,3	mar/08	74.749,3	mar/11	199.154,8
2º	mar/11	8.888,0	mar/12	33.402,6	mar/11	95.318,4	2º	mar/99	19.858,2	mar/12	64.362,6	mar/12	196.016,8
3º	mar/12	7.407,7	mar/23	31.399,6	mar/13	70.603,7	3º	mar/06	18.735,7	mar/22	54.134,8	mar/08	170.770,9
4º	mar/06	7.290,1	mar/08	31.186,5	mar/08	69.916,8	4º	mar/11	17.944,2	mar/11	51.954,7	mar/05	137.769,4
5º	mar/09	6.626,5	mar/11	25.489,2	mar/14	64.990,4	5º	mar/05	17.791,6	mar/04	50.558,7	mar/07	134.254,6
6º	mar/05	6.572,9	mar/21	24.205,3	mar/07	52.715,6	6º	mar/04	16.722,1	mar/07	47.495,2	mar/06	133.904,8
7º	mar/04	5.744,9	mar/13	19.018,4	mar/06	50.659,5	7º	mar/00	16.540,7	mar/03	47.408,9	mar/13	130.721,1
8º	mar/99	4.507,1	mar/07	18.920,2	mar/09	49.744,9	8º	mar/09	14.955,8	mar/05	46.231,1	mar/04	123.330,0
9º	mar/03	4.127,6	mar/04	17.270,9	mar/05	49.037,0	9º	mar/12	14.211,0	mar/23	32.341,7	mar/03	121.446,5
10º	mar/00	4.014,0	mar/05	16.966,4	mar/04	41.218,6	10º	mar/01	13.872,4	mar/06	38.556,6	mar/09	116.462,3
11º	mar/07	3.864,4	mar/03	15.132,3	mar/10	38.005,4	11º	mar/03	12.722,0	mar/02	38.205,5	mar/14	113.482,4
12º	mar/01	3.583,3	mar/06	14.952,8	mar/03	36.149,3	12º	mar/98	10.638,3	mar/13	34.677,4	mar/02	95.857,4
13º	mar/14	2.924,2	mar/14	11.849,6	mar/23	35.477,2	13º	mar/07	9.646,3	mar/99	30.275,3	mar/00	86.512,9
14º	mar/98	2.343,8	mar/02	10.560,2	mar/02	25.588,6	14º	mar/97	7.708,4	mar/21	28.873,3	mar/10	84.024,2
15º	mar/21	2.038,9	mar/09	9.493,0	mar/01	20.719,9	15º	mar/02	7.203,2	mar/00	28.760,3	mar/01	82.891,0
16º	mar/02	2.004,8	mar/10	8.062,0	mar/00	20.297,6	16º	mar/14	4.958,0	mar/01	26.063,6	mar/99	50.244,1
17º	mar/97	1.624,9	mar/00	6.971,0	mar/99	11.241,1	17º	mar/21	2.374,8	mar/09	21.487,8	mar/23	36.499,2
18º	mar/15	1.120,1	mar/99	6.837,7	mar/98	3.679,1	18º	mar/15	1.756,3	mar/14	20.374,7	mar/98	16.940,8
19º	mar/13	-420,1	mar/01	6.708,7	mar/22	-9.247,1	19º	mar/13	-756,1	mar/10	17.675,1	mar/22	-15.745,7
20º	mar/10	-4.565,6	mar/15	3.678,9	mar/15	-31.653,2	20º	mar/22	-6.716,3	mar/98	14.428,8	mar/15	-52.386,8
21º	mar/22	-6.417,8	mar/98	3.173,5	mar/20	-88.632,5	21º	mar/23	-7.085,2	mar/97	6.112,8	mar/20	-111.441,6
22º	mar/23	-7.085,2	mar/97	1.295,2	mar/19	-116.638,5	22º	mar/10	-9.798,3	mar/15	6.015,2	mar/19	-151.404,7
23º	mar/16	-7.829,6	mar/20	-2.855,8	mar/18	-117.569,2	23º	mar/16	-11.223,6	mar/20	-3.376,9	mar/18	-159.430,1
24º	mar/17	-11.231,4	mar/19	-9.288,0	mar/16	-142.733,7	24º	mar/17	-15.396,2	mar/19	-11.578,2	mar/16	-211.166,9
25º	mar/19	-21.086,7	mar/18	-12.870,8	mar/17	-162.286,1	25º	mar/20	-26.113,2	mar/18	-17.037,1	mar/17	-225.398,7
26º	mar/20	-21.130,6	mar/16	-18.552,6	mar/21	-716.193,7	26º	mar/19	-26.919,8	mar/16	-26.470,6	mar/21	-885.003,9
27º	mar/18	-24.494,9	mar/17	-19.563,1			27º	mar/18	-32.701,5	mar/17	-26.764,4		